

COLEÇÃO COMPONENTES ELETIVOS FUNDANTES

CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS APLICADAS

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA II

Ditadura Empresarial-Militar no Ceará (1964-1985)
Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Ceará – EEMTI

Governador

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora

Jade Afonso Romero

Secretária da Educação

Eliana Nunes Estrela

Secretária Executiva de Ensino Médio e Profissional

Maria Jucineide da Costa Fernandes

Coordenadora da Educação em Tempo Integral

Ana Paula Nogueira

Articulador da Coordenadoria da Educação em Tempo Integral

Denilson da Silva Prado Ribeiro

Orientador da Célula de Desenvolvimento da Educação em Tempo Integral

Paulo Eugênio Rifane de Sousa

Elaboração

Natan dos Santos Rodrigues Júnior

Acompanhamento

Equipe Técnica CEDTI:

Ana Paula Silva Vieira

Leonardo Saraiva do Nascimento

Livia Pereira Chaves

Maria Nahir Batista Ferreira Torres

Maria Socorro Braga Silva

Roserlany Francelino Gomes

Revisão

Ana Luiza Silva Farias Barbosa Barros

Ana Paula Silva Vieira

Ilustrações e Capa: MR Dezipner

Diagramação: Rodrigo Meneses e

Leonardo Saraiva do Nascimento

Direito autoral do desenho e infografia: Freepik

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C387m Ceará, Secretaria da Educação do

Memória, verdade e justiça II - ditadura empresarial-militar no Ceará (1964-1985) / Secretaria da Educação do Ceará.- Fortaleza: SEDUC, 2025.

54 p. : il.

ISBN 978-85-8171-684-8

ISBN 978-85-8171-683-1 (E-book)

1. Ditadura militar. 2. Brasil 3. Reflexão. I. Título.

CDD: 981.063

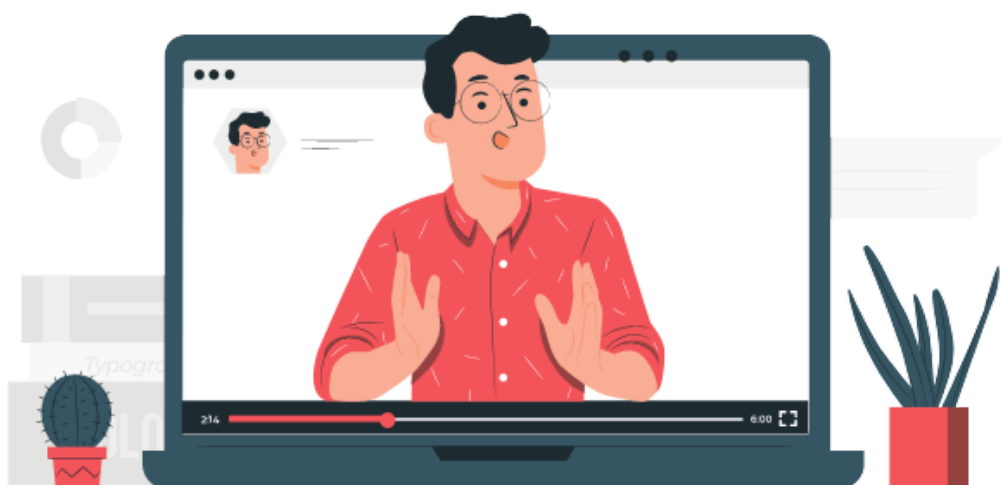
APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará, por meio da Coordenadoria de Educação em Tempo Integral (COETI), apresenta às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI a coleção de fascículos que abordam as unidades curriculares eletivas (UCE).

A disponibilização deste material para as EEMTI tem como objetivos:

1. Oferecer apoio pedagógico e didático às/aos professoras/professores que lecionam essas unidades curriculares eletivas.
2. Oportunizar às/aos estudantes subsídios para o desenvolvimento de competências e habilidades nos itinerários formativos escolhidos, a partir de seu Projeto de Vida, favorecendo a aquisição de novos conhecimentos, a ampliação da aprendizagem e o seu crescimento cognitivo e socioemocional.

A elaboração desses fascículos está vinculada às ementas do Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas, de 2025. Nesta quinta tiragem, foram selecionadas algumas unidades curriculares eletivas que apresentam assuntos essenciais e contextualizados, capazes de gerar interesses de aprofundamento nas/nos jovens, a partir das temáticas abordadas. Essas unidades curriculares eletivas estão relacionadas às quatro áreas de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e às unidades curriculares de Formação Profissional e Clube Estudantil.



MENSAGEM À/O PROFESSORA/OR

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dez competências gerais devem ser desenvolvidas pelas/pelos estudantes ao longo do Ensino Médio. Na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, espera-se que você, professora/professor, possa mediar o processo de desenvolvimento dessas competências e habilidades, mais especificamente, na unidade curricular eletiva Memória, Verdade e Justiça II, que tem como objetivo analisar as ditaduras no Brasil e na América Latina, assim como as políticas de memória, verdade e reparação, promovendo compreensão crítica da história e compromisso com a democracia.

O material proposto contempla algumas discussões sobre Memória e Justiça: do Passado ao Presente. Este recurso didático inclui textos, vídeos documentários e atividades interativas que abordam conceitos fundamentais como Memória Coletiva, Memória Individual e Memória Histórica, explorando suas inter-relações e impactos sociais. Discutindo temas como Verdade, Justiça de Transição e Reparação, o material apresenta estudos de caso sobre a Comissão Nacional de Anistia, a Comissão Nacional da Verdade no Brasil e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Além disso, promove debates críticos sobre o reatamento e a ressignificação de equipamentos públicos que homenageiam personagens ou fatos ligados à ditadura, incentivando os estudantes a analisar e questionar as implicações dessas homenagens na construção da memória coletiva e histórica do país.

O fascículo está organizado em duas partes, contemplando uma ou mais habilidades afins, escolhidas a partir da BNCC, de forma a favorecer a compreensão e a articulação dos conteúdos. Cada PARTE é

composta por: situações-problema, atividades (PARA COMPREENDER), e avaliação (PRATICANDO EU APRENDO).

Para a realização das atividades deste fascículo, a leitura e a interpretação de textos são o foco para o desenvolvimento das múltiplas habilidades pelas/os estudantes. O fascículo encerra com a atividade de uma produção prática, interdisciplinar, visto a importância de se aplicarem os conhecimentos estudados de forma experimental, por meio de um produto com função social, a fim de estimular o protagonismo nessa construção. Esse momento, ao final de cada semestre, chama-se CULMINÂNCIA e pode ser realizado em um dia, organizado e planejado pelas/os estudantes e pela equipe escolar, com convite a toda a comunidade escolar (remoto ou presencial), para que o resultado dos estudos, das pesquisas e das criações possam ser divulgados; e o protagonismo das/dos jovens, valorizado.

Esperamos, pois, que este fascículo contribua para enriquecer a sua prática pedagógica, auxiliando-a/o no planejamento das suas aulas e fortalecendo os processos de ensino e de aprendizagem.

Sucesso e boas aulas!

PARTE

Cada **PARTE** é composta por UNIDADES, três ou quatro atividades (PARA COMPREENDER), um elaborando o produto final (ATIVIDADE PRÁTICA), e uma avaliação (PRATICANDO EU APRENDO).

UNIDADE

A **UNIDADE** é composta por uma, duas ou até três habilidades afins, selecionadas da BNCC, da matriz do SPAECE ou do ENEM.

**PARA COMPREENDER**

As atividades do **PARA COMPREENDER** são constituídas por questões reflexivas e de respostas construídas.

**PRATICANDO EU APRENDO**

O **PRATICANDO EU APRENDO** é o espaço destinado à avaliação, composta de itens de múltipla escolha, aplicados pelo SPAECE, ENEM ou SAEB, sobre a área de conhecimento a que a eletiva pertence.

**FIQUE DE OLHO**

O ícone **FIQUE DE OLHO** apresenta lembretes que são muito importantes para a compreensão do assunto.

**SAIBA MAIS**

O **SAIBA MAIS** aprofunda os conhecimentos e aborda curiosidades sobre: assunto, autor, livro, dicas de sites e/ou um complemento relevante para o tema, sempre relacionado ao desenvolvimento da habilidade.

**CULMINÂNCIA**

A **CULMINÂNCIA** apresenta as instruções para elaboração de um produto com função social. Assim, a/o estudante estará preparada/preparado e segura/seguro para produzir, juntamente com seus colegas, um objeto com a finalidade de estimular o protagonismo estudantil para ser compartilhado com a comunidade escolar.



MENSAGEM À/O ESTUDANTE

Olá queridas/os estudantes,

É com grande entusiasmo que damos início ao estudo sobre a resistência da Teologia da Libertação no contexto da ditadura empresarial-militar e das políticas de memória. Este fascículo faz parte da eletiva "Memória, Verdade e Justiça II", que visa compreender criticamente um dos períodos mais marcantes e desafiadores da história do Brasil: a ditadura militar.

Neste semestre, mergulharemos nos diversos movimentos de resistência que enfrentaram, corajosamente, o regime autoritário, lutando pelos direitos humanos, pela democracia e por uma sociedade mais justa. Nosso objetivo principal não é apenas aprender sobre esses movimentos, mas também refletir sobre seu legado e sua importância para a construção do Brasil contemporâneo.

Este material oferece imagens que norteiam a sua caminhada no fortalecimento da sua aprendizagem. Cada parte deste fascículo foi pensada com muito zelo para guiá-la/o nesta viagem. Se você quiser aprofundar os seus conhecimentos, pode recorrer ao SAIBA MAIS - sempre que aparecer essa indicação, tem uma sugestão de site, vídeo, leituras e ferramentas para você avançar ainda mais. E sempre que aparecer a indicação FIQUE DE OLHO, serão apresentados lembretes muito importantes para o nosso processo de ensino-aprendizagem.

Fique atenta/o a essas indicações no decorrer da viagem.

Cada unidade que você vai estudar traz elementos para que, ao final da Eletiva, você desenvolva um produto científico, educacional, cultural ou de outra natureza, sempre conectado ao que faz sentido para você. Você, a/o professora/or e a turma irão produzi-lo e apresentá-lo no momento da CULMINÂNCIA, que acontece ao final de cada semestre. Esta atividade proporcionará uma abordagem dinâmica e participativa, permitindo que a resistência dos Movimentos Sociais durante a ditadura militar no Brasil seja explorada e compreendida de forma mais significativa.

Sucesso e bom estudo!

SUMÁRIO

PARTE 1 - Teologia da libertação: fé e resistência a favor dos oprimidos

Unidade 1	Introdução	11
	Para compreender	12
	Praticando eu aprendo	13
Unidade 2	Teologia da libertação e resistência à Ditadura Militar	13
	Fique de olho!	17
	Para compreender	18
	Praticando eu aprendo	19
Unidade 3	Teologia da libertação no Ceará	20
	Para compreender	23
	Praticando eu aprendo	24

PARTE 2 - Ditadura empresarial-militar no Ceará: repressão e resistência

Unidade 4	Introdução	25
	Fique de olho!	27
	Para compreender	28
	Praticando eu aprendo	29
Unidade 5	Repressão e resistência	31
	Fique de olho!	39
	Para compreender	42
	Praticando eu aprendo	42

PARTE 3 - As disputas pela memória

Unidade 6	Introdução	45
Unidade 7	Lugares de memória: repressão e resistência no contexto da ditadura empresarial-militar	47
Unidade 8	Comissão especial de anistia Wanda Sidou	50
	Fique de olho!	51
	Para compreender	51
	Praticando eu aprendo	52
	Culminância	54
Referências		55

HABILIDADES BNCC DESENVOLVIDAS NESTA UNIDADE

- **(EM13CHS102)** Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
- **(EM13CHS401)** Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.
- **(EM13CHS502)** Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.
- **(EM13CHS503)** Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

PARTE 1

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: FÉ E RESISTÊNCIA A FAVOR DOS OPRIMIDOS

UNIDADE 1

INTRODUÇÃO

A Teologia da Libertação emergiu como um movimento teológico e social significativo na América Latina durante o século XX, especialmente em contextos de opressão e injustiça social, como foi o caso do Brasil sob a ditadura militar.

A ditadura militar no Brasil, que perdurou de 1964 a 1985, foi um período marcado pela repressão política, censura, tortura e violações dos direitos humanos. Neste contexto de autoritarismo e injustiça, surgiram diferentes formas de resistência, entre elas, um movimento teológico que se destacou por sua abordagem crítica e engajada: a Teologia da Libertação. Esta corrente teológica não apenas desafiou as estruturas de poder vigentes, como também ofereceu uma base moral e espiritual para a luta contra a opressão.

A Teologia da Libertação teve suas raízes na América Latina, influenciada pelas condições socioeconômicas desiguais e pela crescente conscientização sobre as injustiças estruturais.



Disponível em: <https://www.paulodavid.com.br/2024/01/teologia-da-libertacao-emerson.html>.

Acesso em 25 jun. 2024.

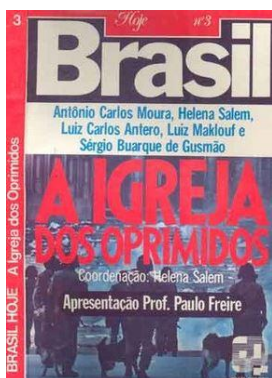
Baseando-se nos ensinamentos cristãos, especialmente na ideia de preferência pelos pobres e oprimidos, os teólogos da libertação argumentavam que a fé deveria estar diretamente ligada à prática de transformação social e à promoção da justiça. Portanto, essa corrente teológica argumentava que a fé

cristã não poderia ser desvinculada da realidade social e econômica das pessoas (LOWY, 2016).

Inicialmente desenvolvida por teólogos como Gustavo Gutiérrez, no Peru, e Leonardo Boff, no Brasil, a Teologia da Libertação propunha uma interpretação dos Evangelhos centrada na libertação dos oprimidos. Ela criticava as estruturas de dominação, denunciava a exploração econômica e promovia a organização popular como caminho para a mudança social.

Gustavo Gutiérrez, um dos principais teólogos da libertação, enfatizou a necessidade de uma "opção preferencial pelos pobres", não apenas como um ato de caridade, mas como uma exigência ética e teológica. Para ele, a verdadeira libertação envolve tanto a salvação espiritual como a transformação das estruturas sociais que perpetuam a pobreza e a marginalização.

SAIBA MAIS



Documentário "A Igreja dos oprimidos"

Um retrato da violência no Araguaia. Várias histórias são contadas. A luta dos trabalhadores rurais para recuperar seu sindicato, ou de D. Mariquinha, viúva de um posseiro assassinado, mãe de seis filhos, ou ainda de Oneide, viúva de Gringo, líder rural morto por pistoleiros. Religiosos também dão seus depoimentos, como o Padre Ricardo, ou os franceses presos na região, François Gourou e Aristides Camio.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-245283/fotos/detalhe/?cmediafile=21284418>. Acesso em 15 jul. 2024.

PARA COMPREENDER

1. Quais são os princípios fundamentais da Teologia da Libertação e como eles se relacionam com a prática social e política?

2. Como a Teologia da Libertação crítica à relação entre a Igreja e os poderosos, e qual é sua proposta para uma Igreja mais comprometida com os pobres e marginalizados?



PRATICANDO EU APRENDO

1. (FACISA 2015/2) A Teologia da Libertação estabelece uma nova prática social e política para determinados setores da Igreja. Os teólogos da Libertação fazem uma releitura das Sagradas Escrituras, a partir do ponto de vista dos oprimidos. Qual o mais expressivo teólogo da libertação no Brasil?

- a) Bispo Edir Macedo.
- b) Dom Paulo Evaristo Arns.
- c) Frei Betto.
- d) Frei Leonardo Boff.
- e) Padre Cícero Romão Batista.

UNIDADE 2

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

No contexto específico do Brasil, a Teologia da Libertação desempenhou um papel fundamental na resistência à ditadura militar. Em um ambiente onde a liberdade de expressão era severamente restringida e as organizações sociais e políticas eram duramente reprimidas, os princípios da Teologia da Libertação forneceram uma base ética e moral para a resistência popular.

Os teólogos da libertação desempenharam papéis variados e cruciais na resistência ao regime autoritário. Muitos deles eram religiosos que não apenas pregavam a justiça social do púlpito, mas também se engajavam ativamente em movimentos sociais, sindicatos e grupos de base. Assim, os teólogos da libertação no Brasil, como Frei Betto, Frei Tito e Dom Hélder Câmara, entre outros, denunciaram as violações dos direitos humanos cometidas pelo regime militar, trabalhando ativamente ao lado de movimentos sociais, sindicatos e grupos de

base para organizar e mobilizar a população. Eles enfatizaram a dignidade humana, a solidariedade e a busca por uma sociedade mais justa, usando imperativos evangélicos que não podiam ser ignorados em tempos de repressão.



Disponível em:

<https://teologialibertacao.wordpress.com/2015/10/26/vida-e-morte-da-teologia-da-libertacao/>

Acesso em 10 jul. 2024.

Frei Betto, por exemplo, não se limitou a ser um teólogo da libertação: ele também se envolveu ativamente na luta contra a ditadura, ajudando a organizar a resistência. Mais do que denunciar as violações de direitos humanos, participou de ações concretas para apoiar os perseguidos políticos e mobilizar a população, mostrando coragem e compromisso com a justiça.

Frei Betto continua atuando ativamente até hoje. Atualmente, ele é assessor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) em questões relacionadas à soberania alimentar e educação nutricional, além de colaborar com o Plano de Segurança Alimentar e Educação Nutricional de Cuba

Recentemente, ele participou de eventos como o Encontro Geral Formativo promovido pelo coletivo Igreja Povo de Deus em Movimento, em São Paulo, onde discutiu crises globais e expectativas sobre o novo Papa Leão XIV. Além disso, ele foi homenageado na FLIART (Feira Literária e Artística de Rua de São Paulo), evento que reuniu editoras, autores e artistas em agosto de 2025 .



Frei Betto no 11º Encontro Nacional de Fé e Política

Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/16/frei-betto-e-uma-ilusao-e-um-engano-achar-que-a-ditadura-foi-melhor>. Acesso em 01 ago. 2024.

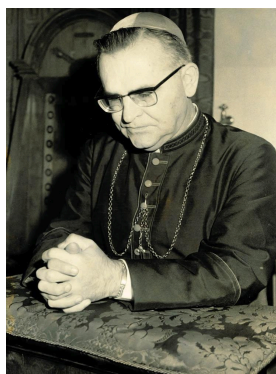
Outro exemplo significativo é o de **Dom Hélder Câmara**, nascido em Fortaleza. Tornou-se arcebispo de Olinda e Recife e ficou conhecido por sua defesa incansável dos direitos humanos e por sua oposição firme à violência do regime militar. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e uma voz proeminente dentro da Igreja Católica Brasileira, que se opôs à ditadura e defendeu os direitos dos mais vulneráveis. Foi, ainda, o brasileiro por mais vezes indicado ao Prêmio Nobel da Paz, com quatro indicações. A Lei nº 13.581, de 26 de dezembro de 2017, declarou Dom Helder Câmara como Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos. Dom Helder faleceu em 27 de agosto de 1999, aos 90 anos.



Dom Helder Câmara

Disponível em:
<https://pe.unit.br/blog/noticias/quem-foi-dom-helder-camara-conheca-mais-sobre-o-arcebispo-que-se-opos-a-ditadura/>. Acesso em 20 jul. 2024.

Dom Paulo Evaristo Arns, “o cardeal da resistência”, foi o quinto arcebispo de São Paulo. Ele dedicou sua atuação pastoral aos moradores da periferia, aos trabalhadores e à formação de comunidades eclesiais de base nos bairros, especialmente entre os mais pobres, além de se empenhar na defesa e promoção dos direitos humanos e na denúncia aos crimes da ditadura empresarial-militar.



Dom Paulo Evaristo Arns

Disponível em:
<https://www.pastoraldacrianca.org.br/museudavida/noticias/798-conheca-a-trajetoria-de-dom-paulo-evaristo-arns>. Acesso em 15 jul. 2024.

Em relação ao trabalho de Dom Paulo Evaristo Arns, destaca-se, ainda, a criação da Comissão Justiça e Paz, responsável por proteger perseguidos, inclusive de regimes autoritários, e o Projeto Brasil Nunca Mais, organizado, clandestinamente, junto com o Pastor presbiteriano Jaime Wright. Este projeto resultou no livro “Brasil: Nunca Mais”, que documentou os crimes e apresentou uma extensa pesquisa sobre a tortura no Brasil no período da ditadura empresarial-militar. Dom Paulo Evaristo Arns faleceu em 14 de dezembro de 2016, aos 95 anos.

O impacto da Teologia da Libertação na resistência à ditadura militar no Brasil foi profundo e multifacetado. Além de inspirar a resistência moral e espiritual contra a opressão, esse movimento teológico deixou um legado duradouro para o pensamento social e político do país.

Primeiramente, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma consciência crítica dentro e fora da Igreja Católica. Esta passou a questionar a legitimidade de um regime que reprimia brutalmente a dissidência política e a promover uma teologia engajada que colocava a justiça social no centro da mensagem cristã.

Em segundo lugar, a Teologia da Libertação influenciou profundamente o ativismo social e político no Brasil, fornecendo uma base ética e moral para a organização popular e para a defesa dos direitos humanos. Movimentos como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desempenharam um papel crucial na mobilização de comunidades locais e na construção de uma resistência popular organizada (LOWY, 2016).



Disponível em: <https://portaldascebs.org.br/historia-das-cebs/>. Acesso em 20 jun. 2024.

Por fim, o legado da Teologia da Libertação ultrapassou as fronteiras do Brasil, influenciando movimentos teológicos e sociais por toda a América Latina e

além. Seu impacto permanece até hoje, não apenas entre teólogos e acadêmicos, mas também entre ativistas e defensores dos direitos humanos, que encontram nela inspiração para lutar por justiça e dignidade.

FIQUE DE OLHO!

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são grupos de caráter religioso e social, vinculados à Igreja Católica, surgidos principalmente na América Latina, a partir da década de 1960. Formadas por pequenos grupos de fiéis, elas se reúnem regularmente para a leitura e reflexão bíblica, com foco na vivência comunitária e no engajamento em questões sociais. Inspiradas na Teologia da Libertação, as CEBs promovem a justiça social, o apoio mútuo e a solidariedade, valorizando a participação ativa dos leigos na vida da Igreja. Esses grupos se destacam pela defesa dos direitos dos mais pobres e pela luta contra as desigualdades, integrando fé e compromisso com a transformação da realidade.

SAIBA MAIS



Brasil: nunca mais

Um grupo de especialistas dedicou-se durante 8 anos a reunir cópias de mais de 700 processos políticos que tramitaram pela Justiça Militar, entre abril de 1964 e março de 1979. O resumo desta pesquisa está neste livro. Um relato doloroso da repressão e tortura que se abateram sobre o Brasil.

Fonte: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/historia.html>. Acesso em 02 ago. 2024.

PARA COMPREENDER

1. Como a Teologia da Libertação abordou e denunciou as violações de direitos humanos e a repressão durante a ditadura militar na América Latina?

2. De que maneira os teólogos da Libertação foram perseguidos e reprimidos pelos regimes militares e quais foram as consequências para sua atuação e para a Teologia da Libertação como um todo?

3. Qual foi o papel das comunidades eclesiais de base, inspiradas pela Teologia da Libertação, na resistência contra a ditadura militar e na promoção dos direitos humanos?



PRATICANDO EU APRENDO

01. (FMJ 2020) De acordo com Michel Löwy, a mesma Igreja que, motivada por um arraigado imaginário anticomunista, havia legitimado o “estabelecimento de um estado de exceção”, surgia, poucos anos mais tarde, “aos olhos da sociedade civil e dos próprios militares como o principal adversário do Estado autoritário – um inimigo mais poderoso – e radical – do que a oposição parlamentar consentida”.

(Diego Omar da Silveira. “Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil”. In: Daniel Aarão Reis Filho et al. (org.). À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina, 2014.)

A abordagem realizada pelo autor sobre o posicionamento da Igreja católica durante a ditadura civil-militar no Brasil pode ser relacionada:

- a) à unidade político-ideológica da Igreja, que impediu a existência de divergências no seio do clero católico durante esse período.
- b) à condenação da luta armada, que constituía uma das plataformas políticas dos frades dominicanos contrários ao regime vigente.
- c) à pauta social da Teologia da Libertação, que era uma importante diretriz da instituição nesse período histórico.
- d) ao apoio de padres católicos à criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era um partido socialista.

- e) à formulação de um projeto de lei de anistia por membros do clero, que beneficiava presos políticos, exilados e agentes da repressão.

UNIDADE 3

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO CEARÁ

A Teologia da Libertação teve uma importância significativa no estado do Ceará, especialmente durante o período da ditadura militar e em seus desdobramentos sociais e políticos. Este movimento teológico não apenas influenciou a esfera religiosa local, mas também desempenhou um papel crucial na mobilização social, na conscientização política e na defesa dos direitos humanos.

Na década de 1960 e durante a ditadura empresarial-militar que se seguiu, o Ceará enfrentava desafios socioeconômicos profundos, incluindo a concentração de terras, a pobreza rural e urbana, além da marginalização de camadas populares. A região era marcada pela presença de latifúndios, desigualdades econômicas e baixo acesso a serviços básicos, o que criava um terreno fértil para movimentos que buscavam justiça social e econômica. Nesse contexto, a Teologia da Libertação encontrou eco entre intelectuais, religiosos e líderes comunitários cearenses que buscavam interpretar a fé cristã à luz das injustiças sociais vivenciadas pela população.

No Ceará, vários líderes religiosos e intelectuais abraçaram os princípios da Teologia da Libertação e se tornaram vozes importantes na luta por direitos humanos e sociais. Além de figuras proeminentes, como o cearense Dom Hélder, muitos outros religiosos, como padres e freiras, foram ativos na organização de CEBs e na promoção de programas de educação popular e de conscientização política. Essas iniciativas fortaleceram a resistência contra as injustiças sociais e capacitaram os mais vulneráveis a se organizarem para reivindicarem seus direitos.

Destaca-se, também, o fundamental papel exercido por **Dom Aloísio Lorscheider**, um dos líderes religiosos mais influentes do Brasil durante o período da ditadura militar, que teve uma atuação marcante no estado do Ceará. Como arcebispo de Fortaleza, de 1973 a 1995, e posteriormente como arcebispo de Aparecida, de 1995 a 2004, desempenhou um papel crucial na liderança espiritual da Igreja Católica, na defesa dos direitos humanos, na promoção da justiça social e no apoio às comunidades mais marginalizadas. Ele não apenas denunciou publicamente as violações dos direitos civis cometidas pelo governo militar, como também apoiou ativamente movimentos sociais e populares que lutavam por justiça e igualdade. Dom Aloísio faleceu em 23 de dezembro de 2007, aos 83 anos.



Dom Aloísio Lorscheider

Disponível em: <https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/dom-aloisio-inspiracao-e-ternura/>

Acesso em 23 jun. 2024.

Outro aspecto importante do trabalho de Dom Aloísio foi o seu compromisso com o diálogo inter-religioso e ecumênico. Ele incentivou o entendimento e a colaboração entre diferentes tradições religiosas, buscando fortalecer laços de solidariedade e cooperação em prol do bem comum.

Por sua vez, **Dom Antônio Batista Fragoso** foi primeiro bispo de Crateús, no Ceará, exercendo esta função de 1964 a 1998. Durante os anos de chumbo da ditadura, Dom Fragoso não se calou diante das violações dos direitos humanos cometidas pelo governo empresarial-militar. Ele foi uma das vozes proeminentes dentro da Igreja Católica brasileira a denunciar publicamente as torturas, prisões arbitrárias e desaparecimentos forçados que ocorriam no país. Sua posição corajosa lhe rendeu admiradores, mas também oposição e ameaças por parte das autoridades militares. Dom Antônio faleceu em 12 de agosto de 2006, aos 85 anos.



Disponível em:

<https://www.cnbbne1.org.br/ha-13-anos-partia-dom-antonio-fragoso-bispo-emerito-de-crateus/>

Acesso em 11 jun. 2024.

Por conta de sua importante atuação e suas denúncias aos crimes cometidos pela ditadura, Dom Frágoso foi acusado pelo regime de ser “subversivo, agitador e socialista”. Assim como outros líderes religiosos da época, Dom Frágoso apoiou e incentivou a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Ceará.

Outro personagem de suma importância na teologia da libertação no Ceará é o **Padre Haroldo Coelho**, sociólogo, professor aposentado da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Passou oito anos refugiado na França, durante a ditadura empresarial-militar, onde estudou Filosofia e Teologia. Padre Haroldo foi um destacado militante das Comunidades Eclesiais de Base e do movimento de educação popular, com o método desenvolvido por Paulo Freire.



Padre Haroldo

Disponível em:
<https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/nota-de-falecimento-de-pe-haroldo-coelho/>. Acesso em 03 jul. 2024.

Padre Haroldo atuou em favelas e em bairros de Fortaleza, com especial destaque no Pirambu, um dos bairros mais vulneráveis da capital cearense. Em 1986, foi candidato ao Governo do Estado do Ceará pelo PT (Partido dos Trabalhadores), adotando o título de “O governador do Povo”. Posteriormente, foi um dos fundadores do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), onde esteve até 2013, ano em que faleceu, aos 77 anos.

Em suma, a Teologia da Libertação não apenas desempenhou um papel fundamental na resistência à ditadura militar no Brasil, como também redefiniu o papel da fé na luta por justiça social e dignidade humana. Ao se colocar ao lado dos oprimidos e desafiar estruturas de poder injustas, os teólogos da libertação mostraram que a teologia não pode ser neutra diante da injustiça – pelo contrário, deve ser uma força de transformação e libertação. Até hoje, seu legado inspira aqueles que buscam construir um mundo mais justo e humano.

 PARA COMPREENDER

1. Quais foram os principais teólogos e líderes religiosos no Ceará que promoveram a Teologia da Libertação e como suas atividades foram recebidas pela sociedade e pelas autoridades locais?

2. De que maneira a Teologia da Libertação no Ceará contribuiu para a mobilização política e social contra a ditadura militar e quais foram os resultados dessa mobilização?

3. Quais são os legados da Teologia da Libertação no Ceará hoje e como suas ideias continuam a impactar o cenário político e social do estado?

 PRATICANDO EU APRENDO

01. "A Teologia da Libertação e a temática da Libertação não dependem mais da Igreja, ganham curso próprio. É uma temática que inspira as pessoas eticamente a lutar contra as injustiças, lutar contra as opressões e buscar alternativas para uma sociedade que não produza tanta desigualdade e tanto sofrimento", afirmou o teólogo.

Segundo Boff, a Teologia da Libertação, que defende um maior engajamento da igreja na sociedade e contra as desigualdades sociais, "é levada adiante pelos

grupos bíblicos, dos quais há mais de 500 mil no Brasil, e mais de 80 comunidades de base".

BACOCINA, D.; DUFFY, G. **Teologia da Libertação já foi além da Igreja Católica, diz Boff**. BBC Brasil. Brasília; São Paulo, 09 maio 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/Qg7s787>. Acesso em: 5 de julho de 2022.

Sobre o movimento da teologia da libertação e seu contexto de atuação, pode-se AFIRMAR que:

- a) Insere-se no contexto latino-americano durante a ocorrência de ditaduras militares.
- b) Instala-se a partir do auxílio financeiro de igrejas evangélicas estadunidenses.
- c) Reage contra a instalação das denominadas comunidades eclesiais de base.
- d) Atende aos preceitos teológicos estabelecidos pelo então papa João Paulo II.

PARTE 2

DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO CEARÁ: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

UNIDADE 4

INTRODUÇÃO

A ditadura empresarial-militar no Ceará, que teve início em 1964 com o golpe que instaurou um regime ditatorial em todo o Brasil, representou um período de repressão e censura na história política e social do estado. De fato, o golpe de 1964 foi resultado de uma complexa combinação de fatores políticos, sociais e econômicos que se desenrolaram ao longo da década de 1950 e início dos anos 1960. Este período foi marcado por intensas disputas ideológicas no contexto da Guerra Fria, pela polarização política interna e por crises econômicas que fragilizaram o governo de João Goulart (NETTO, 2018).

O golpe contou com o apoio de grande parte das forças armadas, de setores da elite empresarial, da mídia e do governo dos Estados Unidos, que temia a "cubanização" do Brasil. Estabeleceu-se, então, um regime militar que duraria 21 anos, marcado por autoritarismo, censura, repressão e violações de direitos humanos.

Durante os anos de regime autoritário, o Ceará, assim como outras regiões do país, vivenciou um cenário de vigilância intensa, prisões arbitrárias e violação de direitos humanos, marcado pela supressão de liberdades civis e políticas. O governo militar impôs uma série de medidas para controlar a dissidência e promover sua agenda conservadora, afetando profundamente a vida dos cearenses e moldando a dinâmica política local. O impacto desse período ainda ressoa na memória coletiva e na história recente do estado, sendo objeto de estudos e reflexões sobre os efeitos da repressão e da resistência na construção da democracia brasileira.

À medida que a crise política se intensificava, em 31 de março de 1964, o clima no Ceará foi dominado por um sentimento de apreensão. As Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart haviam gerado crescente descontentamento entre lideranças políticas e empresariais cearenses, que buscaram apoio junto às Forças Armadas.

O golpe se concretizou em 1º de abril, e, apesar das tentativas de resistência organizadas por sindicatos, movimentos populares, estudantis e

setores do corpo militar no Ceará, em especial na capital, essas ações não conseguiram impedir a instalação do regime militar. O historiador Airton de Farias bem nos apresenta o cenário de repressão que se abateu logo após o Golpe:

Estudantes realizaram passeatas e concentrações na Praça José de Alencar, dissolvidas pelo Exército – as sedes das entidades estudantis seriam invadidas pelos golpistas, seus dirigentes destituídos e substituídos por “estudantes democratas” –, trabalhadores do porto do Mucuripe, da Rede Ferroviária e do Departamento de Telégrafos e Correios iniciaram greves, logo desmobilizadas pelos militares com a prisão dos principais líderes e intervenção nos sindicatos, a Rádio Dragão do Mar [...] foi fechada por estar clamando os civis a resistirem ao Golpe, a sede da FALTAC foi saqueada pelo Exército, a sede do PCB, o escritório 25 de Março, foi arrombada e praticamente destruída, sendo apreendida farta “documentação subversiva”, homens da Polícia Militar passaram a patrulhar as principais ruas e praças da Capital visando “manter a ordem” (FARIAS, 2007, p. 39-40).

Em 11 de abril, o marechal cearense Humberto Castello Branco, um dos principais articuladores do golpe, foi escolhido como presidente do Brasil. Nesse contexto, o sistema político do Ceará foi reorganizado para se alinhar às novas exigências do regime militar. Diante desse cenário, o governador Virgílio Távora (UDN), eleito por voto direto um ano antes, viajou ao Rio de Janeiro para negociar sua permanência no cargo, já que, logo após o golpe de 1964, governadores eleitos democraticamente foram substituídos por interventores nomeados pelos militares.

O governador Virgílio Távora tinha como principal objetivo a “modernização conservadora” do Ceará. Com isso, ele elaborou o I Plano de Metas Governamentais (Plameg I), que estabeleceu as bases para a industrialização do Estado. No entanto, em 1965, Virgílio começou a demonstrar sinais de afastamento de Castello Branco. No ano seguinte, decidiu seguir uma nova trajetória e se elegeu deputado federal (FARIAS, 2015).

O sucessor, então, foi o ex-deputado Plácido Aderaldo Castelo (1966-1971), outro coronel e defensor do Golpe, nomeado ao governo do Ceará pelo presidente Castello Branco. Seu governo foi marcado por obras de infraestrutura, como a construção do Castelão, o estádio de futebol que se tornaria um dos marcos de Fortaleza. Sua administração também focou em projetos de irrigação e no combate à seca, um problema crônico do estado. Seguiram-se os governos de César Cals (1971-1975), nomeado pelo presidente Emílio Médici. Durante sua administração, deu continuidade às obras de infraestrutura e programas de desenvolvimento econômico, buscando atrair investimentos industriais para o Ceará.

Em seguida, houve a nomeação de Adauto Bezerra (1975-1978) e Waldemar Alcântara (1978-1979), indicados por Ernesto Geisel, governos marcados pela

continuidade das políticas desenvolvimentistas e pelo fortalecimento das alianças políticas locais, mantendo o controle político alinhado às diretrizes do governo federal. Todos esses governadores eram filiados à ARENA¹. Em 1979, Virgílio Távora reassumiu o governo do Ceará, desta vez, nomeado pelo presidente João Figueiredo, permanecendo no cargo até 1982.

Na verdade, durante a ditadura empresarial-militar no Brasil, a nomeação direta de governadores pelo presidente da República foi uma estratégia crucial para consolidar o controle do regime sobre os estados. Esse período se caracterizou pela centralização do poder nas mãos do governo federal e pela restrição de diversas liberdades democráticas, incluindo a escolha direta dos governantes estaduais. Esses interventores, geralmente militares ou figuras alinhadas ao regime, governavam os estados de forma centralizada, muitas vezes sem prestar contas à população local, de forma a limitar a participação popular e a autonomia dos estados. Assim, visavam eliminar qualquer forma de oposição (NETTO, 2018).

Somente com o processo de redemocratização, iniciado na década de 1980, o Brasil voltou a realizar eleições diretas para governadores e a fortalecer as estruturas federativas e democráticas. Nesse contexto, Gonzaga Mota foi eleito governador do Ceará, em 1982, pelo PDS, permanecendo no cargo até 1987, com o apoio dos coronéis e ex-governadores Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora.

FIQUE DE OLHO!

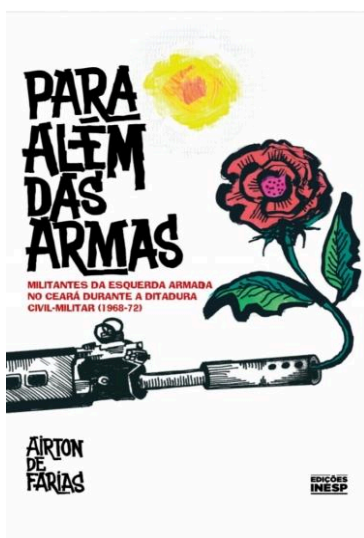
As reformas de base propostas pelo presidente João Goulart no início da década de 1960 no Brasil eram um conjunto de mudanças estruturais voltadas para modernizar a economia e promover justiça social. Entre as principais propostas estavam a reforma agrária, que buscava distribuir terras improdutivas e democratizar o acesso ao campo; a reforma urbana, para melhorar as condições de moradia; a reforma educacional, com foco na ampliação do acesso à educação; e a reforma tributária, visando uma tributação mais justa e progressiva. Essas reformas tinham como objetivo reduzir as desigualdades sociais e fortalecer o desenvolvimento econômico do país. No entanto, enfrentaram forte oposição das elites econômicas e militares, sendo um dos fatores que levaram ao golpe militar de 1964, que derrubou Goulart do poder e instaurou uma ditadura no Brasil.

¹ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar instituída a partir do golpe de Estado no Brasil em 1964.

 SAIBA MAIS


O historiador Airton de Farias, professor do Instituto Federal do Ceará, fala sobre suas pesquisas acerca da ditadura militar no Ceará e suas especificidades. O pesquisador é autor de vários livros historiográficos e também didáticos, além de ter longa experiência no ensino básico.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rs5Wes5RX8Y>. Acesso em 18 ago. 2025.



Livro: Além das armas: militantes da esquerda armada no Ceará durante a ditadura civil-militar (1968-1972)

Autor: Airton de Farias

Fonte: <https://anpuh.org.br/index.php/lancamentos-livros/item/6004-para-alem-das-armas>. Acesso em 07 jul. 2024.

Os anos de autoritarismo, entre 1964 e 1985, no Ceará, são analisados neste livro Para Além das Armas a partir das memórias dos jovens militantes de esquerda que lutaram para destituir os militares do poder. Identificar suas motivações e ações, compreender as raízes de suas práticas políticas e as repressões que sofreram oferece uma contribuição

única para a compreensão da história política do Ceará.

Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/lancamentos-livros/item/6004-para-alem-das-armas>. Acesso em 18 ago. 2025.

 PARA COMPREENDER

1. Quais foram os principais fatores que levaram ao golpe militar de 1964 e à derrubada do presidente João Goulart?

2. Como as oligarquias locais no Ceará se alinharam ao regime militar e qual foi o impacto dessa aliança no poder político estadual?



PRATICANDO EU APRENDO

Memória

1. (UECE 2019) Os “governos dos coronéis” no Ceará ocorreram durante o regime militar instalado após o golpe militar de 1964. Sobre este período da história cearense, é correto afirmar que

- a) todos os governantes cearenses do período entre 1964 e 1985, Virgílio Távora, Plácido Castelo, César Cals, Adauto Bezerra e Gonzaga Mota eram militares.
- b) apenas no governo de Lúcio Alcântara (2003-2006) o governo dos coronéis chegou ao fim, pois este rompeu com o coronel Adauto Bezerra e formou sua própria corrente política.
- c) eleito após o Acordo dos Coronéis, o governo Gonzaga Mota (1983-1987) rompeu com os coronéis, a partir da adesão do governador aos empresários da FIEC, entre os quais se destacava Tasso Jereissati.
- d) Não há correlação entre o governo dos coronéis e o militarismo que predominava nacionalmente entre os anos de 1964 e 1985: o título coronel era dado a todo chefe político que era latifundiário.

2. (UECE 2022.2) Durante o período da ditadura cívico-militar, instalada no Brasil após 1964, os governadores do estado do Ceará foram, em sua maioria, nomeados pelos presidentes militares; naquele tempo, destacaram-se os militares Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals, que formaram o que se costuma chamar de governo dos coronéis. Após o retorno das eleições para o governo dos estados, em 1982, que resultou na eleição do economista Gonzaga Mota, candidato de consenso dos três coronéis, veio a eleição de 1986, cujo vencedor foi um novo grupo político que caracterizou a cena política estadual. Esse grupo ficou conhecido

- a) por ter, em sua base, o PT, liderado no Ceará, pela professora Maria Luiza Fontenele, primeira mulher eleita prefeita de capital de um estado no Brasil

- b) por pretender romper com a tradição da política clientelista dos coronéis e implantar o Governo das Mudanças liderado pelo empresário Tasso Jereissati
- c) pela predominância do advogado Ciro Ferreira Gomes, que se elegeu logo após o período dos coronéis e fez de seu irmão Cid Gomes seu sucessor.
- d) pela ascensão de Lúcio Alcântara como grande chefe político local, responsável pela eleição de Tasso Jereissati ao governo estadual em 1986.

3. “Estariamos, assim, brasileiros, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da nação, dessa nação e desses reclamos que, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, levantam o seu grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será o complemento da abolição do cativeiro de dezenas de milhões de brasileiros, que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria. Ameaça à democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar seus sentimentos cristãos, na mistificação da indústria de um anticomunismo.”

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos Políticos da História do Brasil. Vol. VII. **Brasília: Senado Federal, 2002.** 3ª Edição. p. 836.

O trecho acima, do discurso do presidente João Goulart no comício da Central do Brasil, demonstra seu interesse em levar à frente as chamadas reformas de base. Sobre essas reformas, é correto afirmar que:

- a) tinha quatro “pilares”: reforma agrária, reforma tributária, reforma financeira e reforma administrativa. O comício em sua defesa foi um dos motivos para a realização de manifestações por setores conservadores da sociedade.
- b) tinha quatro “pilares”: reforma agrária, reforma política, reforma bancária e reforma administrativa. O comício da Central do Brasil conseguiu conter por um tempo as tentativas de golpe, principalmente pela defesa dos sentimentos cristãos.
- c) tinha quatro “pilares”: reforma agrária, socialização dos meios de produção, reforma religiosa e reforma administrativa. O comício em sua defesa foi um dos motivos para a realização de manifestações por setores conservadores da sociedade.
- d) tinha quatro “pilares”: reforma agrária, reforma trabalhista, reforma bancária e reforma educacional. O comício em sua defesa foi uma demonstração de que toda a sociedade brasileira apoiava a iniciativa do presidente, menos um setor pequeno do exército.

UNIDADE 5

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

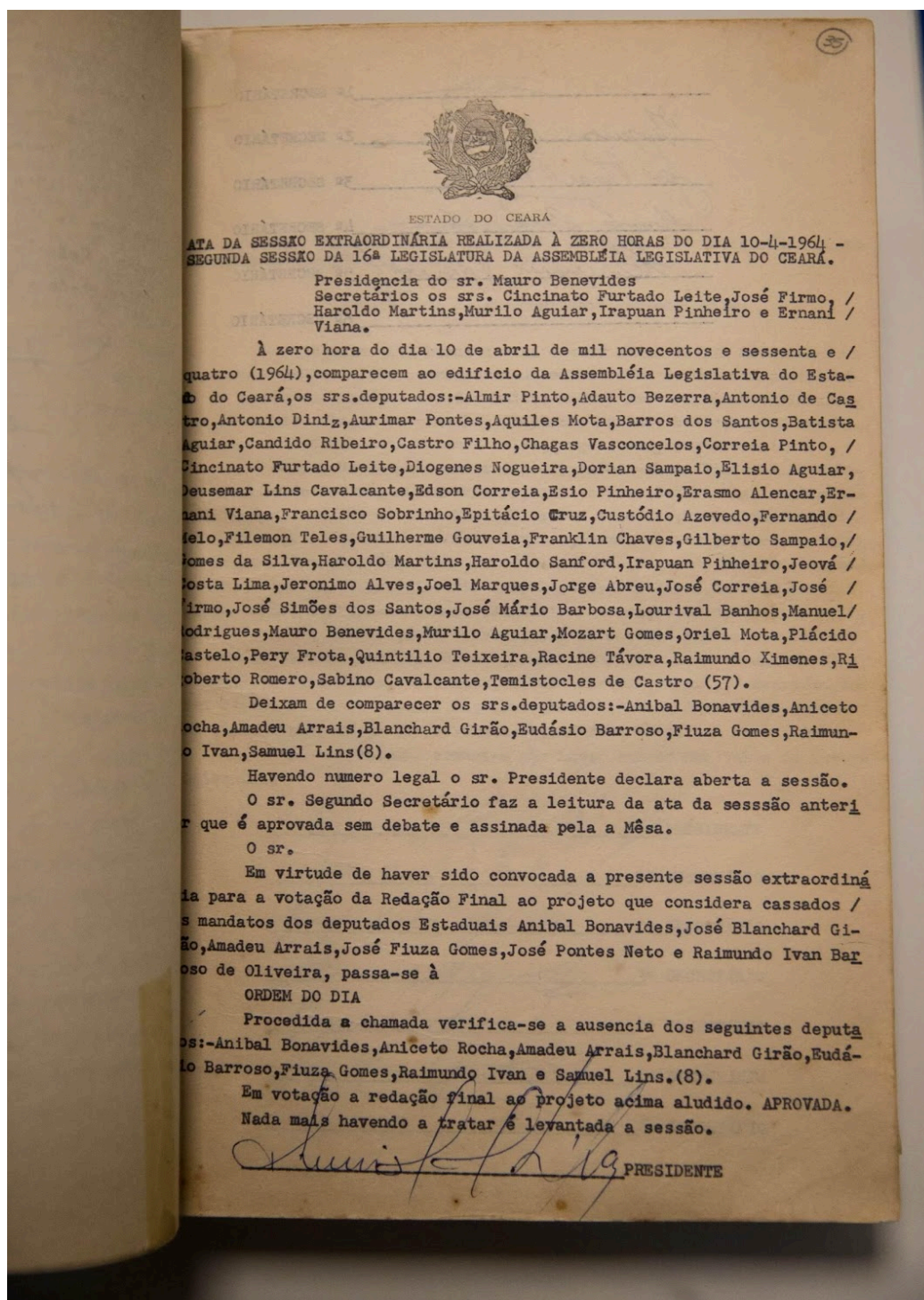
O Ato Institucional nº 1 (AI-1), decretado em 9 de abril de 1964, poucos dias após o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, foi o primeiro de uma série de atos que consolidariam o poder dos militares no Brasil. O AI-1 conferiu ao regime poderes extraordinários, permitindo a suspensão de direitos políticos, a cassação de mandatos parlamentares, a demissão de funcionários públicos considerados "subversivos" e a intervenção em estados e municípios. Além disso, o ato autorizou a realização de eleições indiretas para a presidência da República, potencializando o controle militar sobre o governo federal (NETTO, 2018). O AI-1 marcou o início de uma fase de repressão e autoritarismo, estabelecendo as bases para a centralização do poder e a restrição das liberdades democráticas que caracterizariam o período da ditadura militar no Brasil.

O contexto de forte repressão desencadeado pelo golpe de 64 esteve alicerçado na chamada **Doutrina de Segurança Nacional** (DSN), fundamentada na percepção de que a principal ameaça à segurança de uma nação não vinha necessariamente de inimigos externos, mas sim de inimigos internos, como movimentos comunistas, socialistas e grupos que poderiam desestabilizar a ordem política e social. A DSN foi instrumental na estruturação do regime militar brasileiro. Ela moldou a criação de órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e inspirou legislações como a Lei de Segurança Nacional. O conceito de "inimigo interno" também legitimou a Operação Condor, uma aliança entre ditaduras sul-americanas para coordenar a perseguição e eliminação de opositores em todo o continente.

De fato, o contexto de autoritarismo iniciado pelo Golpe empresarial-militar e pela decretação do AI-1 se estendeu ao Ceará. Assim, no mesmo dia em que o AI-1 foi decretado, os vereadores de Fortaleza Tarcísio Leitão (PCB), Manoel Aguiar de Arruda (PDC) e Luciano Barreira (PCB) tiveram seus mandatos cassados. Embora a justificativa oficial tenha sido uma suposta "falta de decoro", a verdadeira razão da cassação foi a orientação política de esquerda desses vereadores e o apoio que manifestavam ao governo de João Goulart.

No dia seguinte, seis deputados estaduais do Estado do Ceará também foram cassados, sob o mesmo pretexto de "falta de decoro parlamentar", tendo seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Perderam os mandatos os deputados estaduais Aníbal Fernandes Bonavides (PCB), Raimundo Ivan Barroso (PTB), José Pontes Neto (PSP), José Fiúza Gomes (PST), Blanchard Girão (PST) e Amadeu Arrais (PST). Todos eles foram imediatamente encaminhados ao 23º Batalhão de Caçadores (23BC), onde ficaram detidos.

Somente em 2011, através da iniciativa da então vereadora Eliana Gomes (PCdoB) e do presidente da Câmara, Acrísio Sena (PT), o Poder Legislativo municipal restabeleceu o decoro parlamentar dos vereadores que haviam sido cassados.



Legenda: Em sessão iniciada à meia-noite de 10 de abril de 1964, um dia depois da edição do AI-1, a Assembleia cassou mandatos de deputados.

Foto: Fabiane de Paula

Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/60-anos-do-golpe-como-o-decreto-da-ditadura-de-1964-mexeu-com-a-politica-no-ceara-1.3494796>. Acesso em 02 ago. 2024.

Em 17 de outubro do mesmo ano, foram destituídos os deputados estaduais Cândido Ribeiro Neto (PSD), Aurimar Pontes (PTB), Amadeu Ferreira Gomes (PTN) e Francisco Vasconcelos de Arruda (PTB).

Em 13 de março de 1969, também perderam o mandato, por força do regime de exceção, os deputados estaduais Murilo Aguiar (PSD), Dorian Sampaio (PSD), Mossclair Cordeiro Leite, Ernani Viana (PSD), Firmo de Aguiar (PTB), Raimundo Ximenes Neto (PST), Haroldo Martins (PTN), Brasilino de Freitas e Luciano Magalhães. Posteriormente, eles tiveram o decoro parlamentar restituído pelo Poder Legislativo.

Também foram vítimas de cassações arbitrárias os deputados federais cearenses Adahil Barreto (PTB), Expedito Machado (PST), Moisés Pimentel (PTB), Padre Palhano (PTB), Martins Rodrigues (PSD) e Padre Vieira.

O sombrio período de autoritarismo instaurado pelo golpe empresarial-militar, contudo, não atingiu apenas políticos detentores de cargos no Parlamento ou no Executivo. Em verdade, a perseguição estatal atingiu opositores do regime que atuavam em diversos setores da sociedade civil, intensificando-se, especialmente, após a decretação do AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968. A rigor, o AI-5 pode ser considerado a manifestação mais extrema da DSN, visto que suspendeu as garantias constitucionais e permitiu a repressão indiscriminada, iniciando, assim, os chamados “anos de chumbo”.

Desse modo, durante a ditadura empresarial-militar no Brasil, o regime frequentemente rotulava os opositores como “terroristas” para deslegitimar e justificar a repressão violenta contra qualquer forma de resistência. Esse termo era amplamente utilizado para caracterizar tanto grupos armados que realizavam ações de guerrilha, como a Guerrilha do Araguaia e organizações como ALN (Ação Libertadora Nacional) e VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares), quanto estudantes, sindicalistas, religiosos, intelectuais e militantes que, na maioria das vezes, adotavam métodos pacíficos de oposição.

Em verdade, ao enquadrar todos os críticos como “terroristas”, o regime conseguia construir uma narrativa manipulatória que facilitava o uso de tortura, prisões arbitrárias, censura e assassinatos como medidas de “defesa da nação”, silenciando a oposição e mantendo o controle sobre a sociedade.



Cartaz identificando dez militantes procurados pela polícia durante a ditadura.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/regime-impregnou-policia-com-valores-e-metodos-repressivos.shtml>. Acesso em 06 ago. 2024.

O martírio de **Frei Tito de Alencar** (1945–1974) revela, de forma profunda, os horrores da ditadura no Brasil. Nascido em Fortaleza, ele se tornou um símbolo de resistência, lembrado tanto por sua coragem diante da opressão quanto pelo fim trágico de sua vida, que expõe as marcas cruéis deixadas pelo regime. Como frade dominicano, ele se engajou ativamente na resistência ao regime militar. Em 1969, foi preso e sofreu torturas cruéis, principalmente pelas mãos do delegado Sérgio Paranhos Fleury, tornando-se um exemplo da coragem diante da opressão. Mesmo diante de dor intensa, Frei Tito manteve sua integridade, recusando-se a trair seus companheiros de luta. Suas experiências de tortura foram tão brutais que deixaram traumas profundos e irreversíveis. Exilado na França, ele continuou a ser assombrado pelos fantasmas da tortura, o que o levaram ao suicídio em 1974. Sua vida e morte simbolizam a resistência à opressão, a defesa da liberdade e os efeitos devastadores da violência de Estado sobre os que ousaram enfrentá-la.



Frei Tito de Alencar

Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/tito-de-alencar-lima/>. Acesso em 20 jul. 2024.

José Montenegro de Lima, natural de Itapipoca, Ceará, mudou-se para Fortaleza com o objetivo de estudar no Curso Técnico em Edificações, na então

Escola Técnica Federal do Ceará, hoje Instituto Federal do Ceará (IFCE). Foi nesse período que ele ingressou no movimento estudantil secundarista. Em 1963, foi eleito para a diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais (UNETI) e já tinha vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro. Após o Golpe Empresarial-Militar de 1964, foi condenado em um Inquérito Policial Militar instaurado contra a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades estudantis. Em 1970, mudou-se para São Paulo para escapar da repressão. Em 29 de setembro de 1975, aos 27 anos, foi preso em São Paulo e torturado, desaparecendo desde então. Sua morte foi oficialmente reconhecida pelo Estado Brasileiro em 12 de março de 1996, mas até hoje seu corpo nunca foi encontrado.



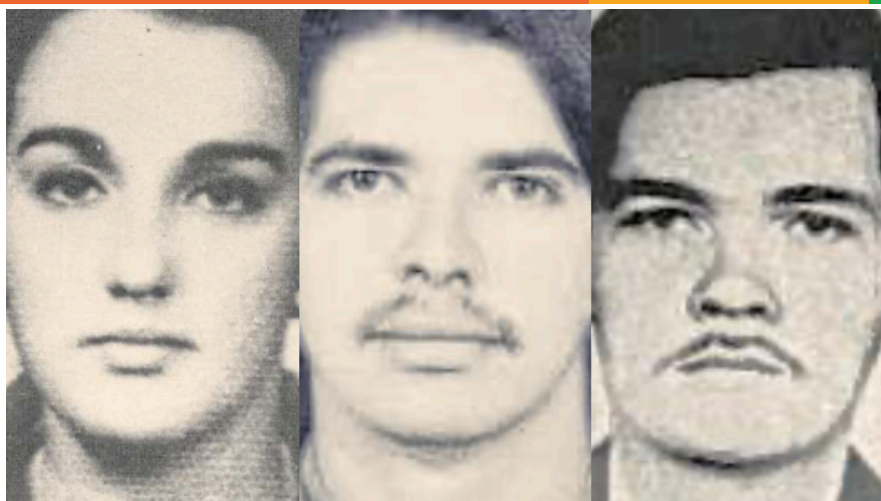
José Montenegro de Lima

Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jose-montenegro-de-lima/>.

Acesso em 10 jul. 2024.

Nesse contexto de extrema repressão, um dos episódios mais cruéis da ditadura empresarial-militar brasileira, o assassinato dos guerrilheiros do Araguaia no início dos anos 1970, permanece envolto em mistério. De fato, a Guerrilha do Araguaia foi uma insurgência armada organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na região amazônica, ao longo do rio Araguaia, abrangendo áreas dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. O objetivo do movimento era mobilizar camponeses e formar um exército popular para derrubar a ditadura. Composta por militantes urbanos, muitos deles estudantes, a guerrilha enfrentou o Exército em uma série de operações militares que resultaram em confrontos violentos. O governo mobilizou grande contingente de tropas e utilizou métodos brutais, incluindo tortura, execuções sumárias e desaparecimentos forçados, para aniquilar os guerrilheiros.

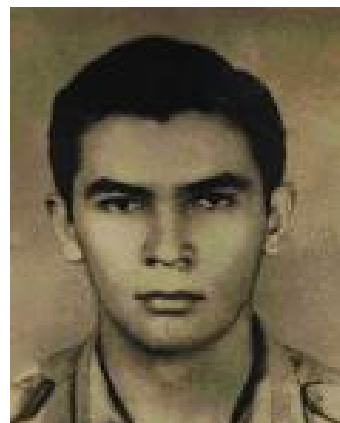
Em verdade, o conflito no Araguaia é lembrado, até hoje, como um dos episódios mais sangrentos da resistência à ditadura e continua sendo um símbolo das lutas camponesas e da repressão estatal no Brasil. Três cearenses que atuaram na guerrilha do Araguaia continuam “desaparecidos políticos” há décadas - visto que as ossadas não foram encontradas e as circunstâncias das mortes nunca foram esclarecidas. São eles: **Jana Moroni Barroso, Antônio Teodoro de Castro e Custódio Saraiva Neto.**



Jana Moroni Barroso, Antônio Teodoro de Castro e Custódio Saraiva Neto

Disponível em:
<https://vermelho.org.br/2023/04/05/araguaia-jornal-lembra-trajetoria-de-cearenses-mortos-pela-ditadura/>. Acesso em 06 jun. 2024.

Bergson Gurjão, que foi estudante de Química na Universidade Federal do Ceará (UFC), foi o quarto cearense que atuou na região do Araguaia e o único a ter os restos mortais localizados, em 1996.



Bergson Gurjão

Disponível em
<https://vermelho.org.br/2011/04/04/estudantes-da-fateci-criam-dce-bergson-gurjao/>. Acesso em 06 jun. 2024.

Beliza Guedes, nascida em Fortaleza, foi militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e da Convergência Socialista. Em entrevista ao programa especial “Memória e Verdade”, Beliza relata que foi delatada pelo próprio pai, que era informante do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e do Exército. Foi vítima de vários sequestros, presa e torturada no Comando da 10ª Região Militar do Exército (antigo Forte de Nossa Senhora da Assunção), em Fortaleza e, depois, em Brasília. Por conta da bárbara violência sofrida, teve um acidente vascular cerebral (AVC) aos 23 anos e um infarto, aos 40. Beliza Guedes, felizmente, sobreviveu às



perseguições da ditadura empresarial-militar e é uma historiadora comprometida com a defesa da liberdade e democracia. Trabalha na Ong “Maria Vem Com as Outras”, ministrando oficinas de bordado com as moradoras de Iparana, onde reside.

Beliza Guedes

Disponível em:

<https://www.secult.ce.gov.br/2021/09/14/theatro-de-portas-abertas-edicao-de-setembro-oferece-atividades-presenciais-e-virtuais-pelas-redes-sociais-do-tja/>. Acesso em 07 jul. 2024.

“Foi muito importante pra mim ter lutado para acabar com a ditadura no meu País. É uma das coisas que tenho mais orgulho. Não me arrependo de nada”.

(Beliza Guedes. Entrevista ao programa especial 'Memória e Verdade')

Ruth Cavalcante nasceu em Pedra Branca, Ceará, em 16 de abril de 1943. Foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Ação Popular (AP). Professora, formada em Pedagogia pela UFC, foi a primeira mulher a compor a Diretoria do DCE – Diretório Central dos Estudantes da referida universidade. Foi assessora de Paulo Freire e, por conta de sua atuação no Movimento de Educação de Base e suas ligações com a Teologia da Libertação, passou a ser uma das mulheres mais perseguidas no Brasil. Ainda no contexto da ditadura, Ruth foi sequestrada e levada para o Hospital da Polícia Militar, hoje Hospital e Maternidade José Martiniano de Alencar, de onde empreendeu uma das fugas mais comentadas nacionalmente, tornando-se a primeira presa política do Estado do Ceará. Ruth Cavalcante sobreviveu à ditadura empresarial-militar e permanece na luta em defesa da democracia no Brasil.



Ruth Cavalcante

Disponível em: <https://vermelho.org.br/2023/04/19/eles-nao-sabiam-que-os-anjos-tem-asas/>.

Acesso em 01 ago. 2024.

Maria do Carmo Moreira Serra Azul nasceu em Fortaleza e tinha 12 anos quando houve o golpe empresarial-militar no Brasil, em 1964. Um ano depois, ingressou, junto com duas irmãs, Iracema e Helena, na Juventude Estudantil Católica (JEC) e, em 1967, passou a militar na Ação Popular. Em 1968, se transferiu para a antiga Escola Normal, hoje Colégio Estadual Justiniano de Serpa. Nessa época, organizou, junto com outros estudantes, manifestações contra a cobrança de taxas e mensalidades nas escolas públicas. Em 1972, Cacau, como era conhecida, se entregou na 10ª Região Militar do Exército na esperança de que sua

irmã Helena, presa pela segunda vez, não fosse torturada. Cacau foi torturada de forma brutal durante 15 dias no 23º Batalhão de Caçadores (23º BC). Sofreu três paradas cardíacas devido a espancamentos, choque e afogamentos, tendo que ser reanimada pelo médico presente nas sessões de tortura.

Maria do Carmo, felizmente, sobreviveu à ditadura. Tornou-se economista da Secretaria da Fazenda, mãe de quatro filhos e manteve-se sempre atenta às principais questões da política nacional e internacional. Faleceu em 2019, aos 68 anos, deixando um legado de resistência e participação.



Maria do Carmo Moreira Serra Azul

Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/04/27/morre-a-historica-militante-cearense-de-esquerda-cacau.html>. Acesso em 10 jun. 2024.

Valter Pinheiro nasceu em 1944, em Fortaleza. De formação marxista, começou sua atuação política ainda na adolescência, quando era estudante do Liceu do Ceará. Lá, conheceu Frei Tito de Alencar e passou a integrar a Juventude Estudantil Católica (JEC). Em 1970, ingressou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que estava na luta armada. Foi preso duas vezes pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Valter foi levado para a chamada “casa dos horrores”, localizada em uma fazenda, em Maranguape, onde ficou três dias. Lá, sofreu diversos tipos de torturas, como espancamentos, choques elétricos e terrorismo psicológico.

Valter Pinheiro sobreviveu à ditadura empresarial-militar. É pai de dois filhos e professor aposentado do Estado do Ceará. Hoje milita no Comitê pela Memória, Verdade e Justiça.



Aqueles e aquelas que lutaram contra a ditadura empresarial-militar no Brasil são amplamente reconhecidos como heróis da resistência e da defesa da democracia. Esses opositores, que atuaram de diversas formas, desde a militância política e a organização de movimentos sociais até a guerrilha armada,

enfrentaram um regime que impunha repressão, censura, tortura e assassinatos. Muitos sacrificaram suas vidas, liberdade e integridade física em nome de ideais de justiça, liberdade e direitos humanos. Mesmo em meio à violência estatal, esses indivíduos mantiveram viva a esperança de um Brasil democrático, contribuindo para a retomada das liberdades civis e para o restabelecimento do Estado de Direito. Seus legados são lembrados como parte fundamental da luta pela construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Valter Pinheiro

Disponível em:

<https://aparecidospoliticos.com.br/2020/04/valter-pinheiro-fala-sobre-os-10anosaparecidospoliticos/>. Acesso em 05 jun. 2024.

FIQUE DE OLHO!

Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

A DSN foi influenciada pela doutrina geopolítica dos Estados Unidos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, e ganhou força no contexto da Guerra Fria. Os EUA, preocupados com a expansão do comunismo, buscaram apoiar e influenciar governos na América Latina que adotassem políticas contrárias ao socialismo. O Exército dos EUA treinou militares latino-americanos na Escola das Américas, onde foram difundidos os princípios da DSN. No Brasil, a DSN foi fortemente incorporada pelas Forças Armadas a partir dos anos 1950 e consolidada durante o regime militar, sendo usada para justificar o golpe de 1964 e a posterior repressão a opositores.

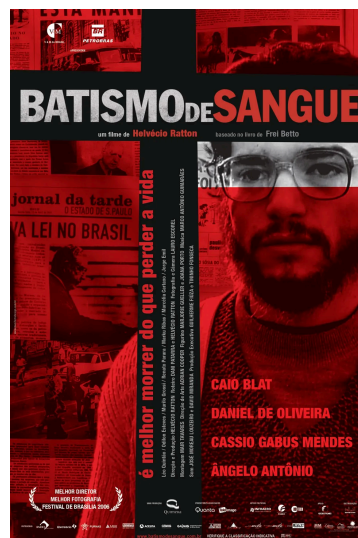
AI-5

O Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, foi o mais severo dos atos institucionais emitidos durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Considerado um marco do endurecimento do regime, o AI-5 deu poderes quase absolutos ao governo, permitindo o fechamento do Congresso Nacional, a intervenção em estados e municípios, a suspensão de direitos políticos, e a cassação de mandatos de parlamentares. Além disso, instaurou a censura à imprensa, à música, ao teatro e à produção cultural em geral, e ampliou a repressão a opositores, com prisões arbitrárias, tortura e violência institucionalizada. O AI-5 marcou o início de um período de grande repressão e violação de direitos, conhecido como os "anos de chumbo", que durou até o início da abertura política na década de 1970.

 SAIBA MAIS

Filme: **Batismo de Sangue**, dirigido por Helvécio Ratton

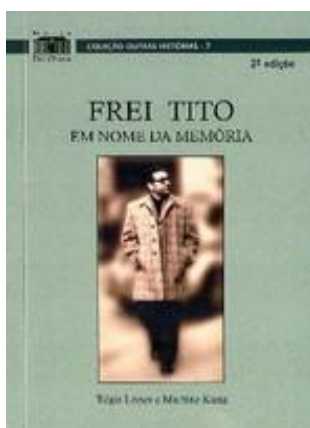
São Paulo, fim dos anos 60. O convento dos frades dominicanos torna-se uma trincheira de resistência à ditadura militar que governa o Brasil. Movidos por ideais cristãos, os freis Tito (Caio Blat), Betto (Daniel de Oliveira), Oswaldo (Ângelo Antônio), Fernando (Léo Quintão) e Ivo (Odilon Esteves) passam a apoiar o grupo guerrilheiro Ação Libertadora Nacional, comandado por Carlos Marighella (Marku Ribas). Eles logo passam a ser vigiados pela polícia e posteriormente são presos, passando por terríveis torturas.



Classificação indicativa: 14 anos

Disponível em

<https://www.facebook.com/efivest/videos/batismo-de-sangue-2006/418366445840037/> Acesso em 19 ago.2025.



Livro: **Frei Tito: em nome da memória – 2ª edição**

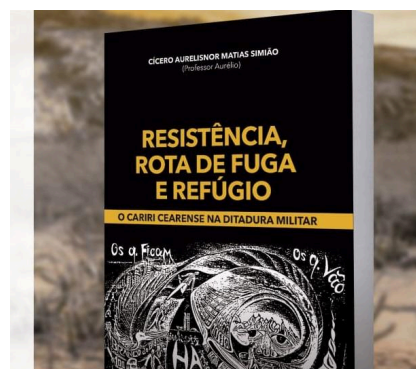
Autor: Régis Lopes e Martine Kunz (orgs.)

A abertura do Memorial Frei Tito reforça o sentido que se tem dado ao papel educativo do Museu do Ceará. Ter uma sala dedicada à vida de frei Tito significa dar continuidade ao projeto de fazer o estudo da história como campo de reflexão criativa, que vai ao passado através do presente, e que por isso mesmo se sente responsável pela construção do futuro em aberto, deixando um legado de resistência e participação.

Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/11/publicacoes-antiores-do-museu-do-ceara/> . Acesso em 23 jul. 2024.

Livro: **Resistência, rota de fuga e refúgio: o Cariri cearense na ditadura militar**

Autor: Aurélio Matias



Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/06/18/livro-sobre-ditadura-militar-ceara-disponibilizado-internet/>. Acesso em 01 ago. 2024.



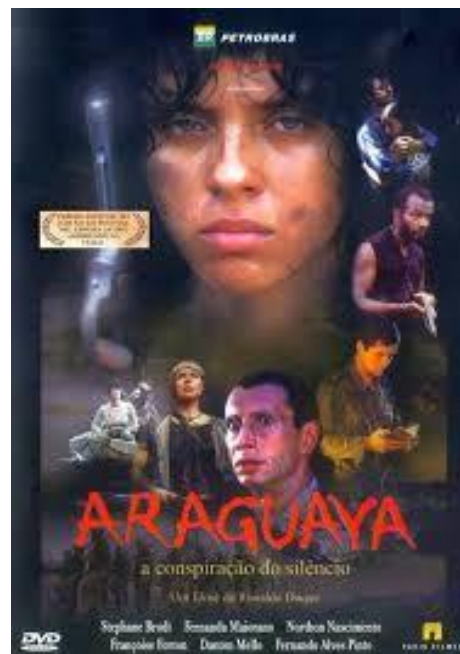
Programa Especial Memória e Verdade

A série “Memória e Verdade”, exibida pela TVC, apresenta depoimentos de ex-presos políticos no Ceará que sobreviveram à prisão e à tortura durante a ditadura militar.

Disponível em: <https://www.youtube.com/c/TVCear%C3%A1HD/search?query=mem%C3%B3ria%20e%20verdade>. Acesso em 01 ago. 2024.

Filme: Araguaia - A Conspiração do Silêncio

O exército brasileiro, no auge da ideologia da segurança nacional, um partido de esquerda dissidente, militantes aguerridos (a maioria deles ainda jovens e inexperientes), inocentes camponeses e uma região onde a ambição e a miséria disputavam lugar palmo a palmo. É neste cenário que está o Padre Chico (Stephane Brodt), um religioso francês que chegou à região do Araguaia no início dos anos 60. A forte ligação de Padre Chico com as pessoas da região, combinada ao seu sentimento religioso e às dúvidas existenciais, faz com que ele presencie os eventos relacionados à formação da Guerrilha do Araguaia.



Direção: Ronaldo Duque

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bB0cNgeotqg>. Acesso em 01 ago. 2024.

✚ PARA COMPREENDER

1. De que forma o governo militar no Ceará lidou com as demandas dos movimentos sociais, como as reivindicações dos trabalhadores rurais e urbanos durante o período da ditadura?

2. Como o aparato repressivo do regime militar, incluindo órgãos como o DOPS, atuou no Ceará para perseguir e silenciar opositores políticos e movimentos sociais?

3. De que forma a propaganda oficial e os meios de comunicação controlados pela ditadura reforçaram a narrativa de "terrorismo" para deslegitimar as ações de resistência?



PRATICANDO EU APRENDO

01. (Enem/2016) A Operação Condor está diretamente vinculada às experiências históricas das ditaduras civil-militares que se disseminaram pelo Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (novamente, em 1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) com base na Doutrina de Segurança Nacional e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do inimigo interno, a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de fronteiras ideológicas.

PADRÓS, E. S. et al. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul** (1964-1985): história e memória. Porto Alegre: Corag, 2009 (adaptado).

Levando-se em conta o contexto em que foi criada, a referida operação tinha como objetivo coordenar a

- a) modificação de limites territoriais.
- b) sobrevivência de oficiais exilados.
- c) interferência de potências mundiais.
- d) repressão de ativistas oposicionistas.
- e) implantação de governos nacionalistas.

2. (ENEM 2023) No cemitério, a sociedade religiosa encarregada do funeral, aterrorizada, apressou a cerimônia de tal forma que a mãe de Herzog perdeu o momento em que o caixão do filho começou a ser coberto pela terra. Quatro jornalistas que estavam presos no DOI chegaram para assistir ao sepultamento. Um se afastara, chorando. Dizia: Eles matam, eles matam! Não pergunte nada. Não podemos dizer nada. Eles matam mesmo. Falava-se baixo. Ouviram-se dois curtos discursos. O primeiro, da atriz Ruth Escobar: Até quando vamos suportar tanta violência? Até quando vamos continuar enterrando nossos mortos em silêncio? No segundo, Audálio Dantas recitou o Navio negreiro, de Castro Alves: Senhor Deus dos desgraçados / Dizei-me Vós, Senhor Deus / Se é mentira, se é verdade, / Tanto horror perante os céus.

GASPARI, E. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

O acontecimento descrito no texto, ocorrido em meados dos anos 1970, atesta a seguinte característica do regime político-institucional vigente:

- a) Incorporação da estética popular para justificar o ideal de integração nacional.
- b) Afirmação da estratégia psicossocial para favorecer o objetivo de propaganda cívica.
- c) Institucionalização de mecanismos repressivos para eliminar os focos de resistência.
- d) Adoção de cerimoniais públicos para controlar as manifestações de grupos opositores.
- e) Estatização de meios de comunicação para selecionar a divulgação de atos governamentais.

3. (Enem/2010) Ato Institucional nº 5

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de Habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 29 jul. 2010.

Nos artigos do AI-5 selecionados, o governo militar procurou limitar a atuação do poder judiciário, porque isso significava

- a) substituição da Constituição de 1967.
- b) o início do processo de distensão política.
- c) a garantia legal para o autoritarismo dos juízes.
- d) a ampliação dos poderes nas mãos do Executivo.
- e) a revogação dos instrumentos jurídicos implantados durante o regime militar de 1964.

PARTE 3

AS DISPUTAS PELA MEMÓRIA

UNIDADE 6

INTRODUÇÃO

A disputa pela memória histórica é crucial para o fortalecimento da democracia, pois a forma como o passado é lembrado e interpretado influencia diretamente a construção da identidade coletiva e a consolidação de valores democráticos. Ao resgatar e dar voz às narrativas das lutas por direitos, às vítimas de opressão e aos movimentos de resistência, impede-se que fatos históricos sejam apagados ou distorcidos, evitando que o esquecimento ou a manipulação abra caminho para o retorno de autoritarismos.

O filósofo francês Paul Ricoeur, em sua *A Memória, a História, o Esquecimento*, discute a importância da memória coletiva e a forma como ela é disputada para moldar identidades e narrativas históricas. Portanto, a memória pode possuir um lado ativo, sendo vista, assim, como uma prática (RICOEUR, 2007). Ele destaca como o controle da memória é fundamental para a construção de projetos políticos, incluindo os democráticos.

Por outro lado, em uma sociedade cindida por conflitos e antagonismos, a memória e o esquecimento – seu oposto – também podem ser manipulados, inclusive por aqueles e aquelas que detêm o poder, a fim de legitimar sua autoridade (JELIN, 2002). Dessa forma, o negacionismo histórico é uma ameaça à verdade, à justiça e ao avanço democrático, pois envolve a negação ou distorção deliberada de fatos históricos comprovados, especialmente aqueles relacionados a eventos traumáticos como genocídios, ditaduras e violações de direitos humanos.

Preservar a verdade histórica é também uma forma de honrar a memória daqueles que lutaram pela liberdade e pelos direitos humanos. Além disso, disputar a memória é um ato de justiça, assegurando que os erros do passado não sejam repetidos e que as gerações futuras compreendam a importância de defender a democracia. Quando uma sociedade reconhece criticamente seu passado, ela se torna mais consciente de seus desafios e mais comprometida em preservar e ampliar os valores democráticos. Assim, a memória histórica se torna um pilar fundamental na construção de uma sociedade baseada na liberdade, na justiça e no respeito às diferenças.

Nesse sentido, a Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE) deu um passo importante para garantir que o resgate histórico do período ditatorial, entre 1964 e

1985, seja feito de forma justa. Uma lei estadual, de iniciativa do deputado Renato Roseno (Psol), sancionada em janeiro de 2019 pelo então governador Camilo Santana (PT), proíbe que a administração pública, no Ceará, preste homenagens a qualquer pessoa mencionada no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em 2014, que lista os envolvidos em torturas e assassinatos durante o regime empresarial-militar. Durante a tramitação da Lei, Renato Roseno expressou indignação ao ver que edifícios públicos, como escolas, ainda carregavam o nome de figuras ligadas à ditadura.

Em 2023, outra importante iniciativa política demarca o compromisso com a memória e a verdade histórica. Na ocasião, o governador Elmano de Freitas (PT) anunciou a retirada do mausoléu do ex-presidente Humberto de Alencar Castello Branco do Palácio da Abolição, sede do governo do Ceará. Esta decisão representa um importante gesto simbólico de compromisso com a memória democrática. Castello Branco foi o primeiro ditador do regime empresarial-militar instaurado pelo golpe de 1964. A presença de seu mausoléu em um espaço público de destaque, como a sede do governo estadual, era vista por muitos como uma homenagem contraditória aos princípios democráticos.



Estrutura do Mausoléu Castelo Branco

Foto: Fabiane de Paula.

Disponível em :

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/o-que-tem-no-mausoleu-castelo-branco-historiadores-avaliam-os-limites-entre-memoria-e-homenagem-1.3412569>. Acesso em 06 ago. 2024.

Ao decidir pela remoção, o governo do Ceará busca alinhar o espaço público aos valores democráticos, reafirmando o repúdio ao autoritarismo. Essa

ação reforça a importância de promover uma memória histórica que honre os direitos humanos e valorize aqueles que lutaram pela democracia, resgatando a verdade histórica como parte fundamental do fortalecimento das instituições democráticas. A medida também se conecta a iniciativas em todo o país que buscam revisar o papel de figuras ligadas à ditadura, retirando suas homenagens e nomes de prédios públicos, como ocorre nas ações do coletivo Aparecidos Políticos, em Fortaleza.



Ação de “rebatismo popular” realizada pelo coletivo Aparecidos Políticos. O Csu, antes chamado Pres. Médici, foi rebatizado para Edson Luís.

Disponível em: <https://aparecidospoliticos.com.br/2013/04/escombros-da-historia/>. Acesso em 15 jul. 2024.

UNIDADE 7

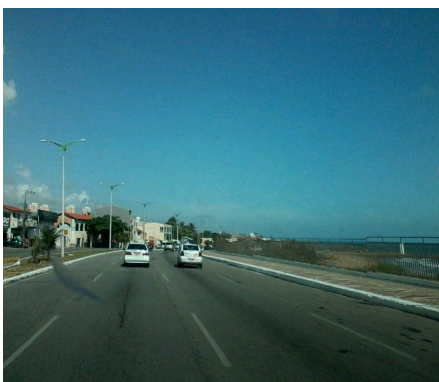
LUGARES DE MEMÓRIA: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NO CONTEXTO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

As disputas pela memória são processos essenciais para o fortalecimento da democracia, pois envolvem a luta por narrativas sobre o passado que moldam a identidade e os valores de uma sociedade. Diferentes grupos sociais e políticos disputam o significado de eventos históricos, buscando reconhecimento e justiça ou tentando apagar e distorcer memórias que lhes são desfavoráveis. Nessas disputas, o debate sobre o que deve ser lembrado ou esquecido reflete a pluralidade e a complexidade de uma sociedade democrática, onde o confronto de ideias é necessário para a construção de uma memória coletiva justa e inclusiva.

Nesse sentido, seguindo as pistas do Coletivo Aparecidos Políticos, com o projeto “Conexões Cartográficas da Memória”², trazemos, aqui, um mapeamento dos resquícios físicos da ditadura em Fortaleza.

² Disponível no link:

<https://aparecidospoliticos.com.br/2020/03/cartografia-da-ditadura-em-fortaleza/>. Acesso em 19 ago. 2025



Em 1973, esta avenida teve seu nome alterado para Avenida Presidente Castello Branco. Contudo, para os moradores, a avenida continua sendo tratada como Avenida Leste-Oeste.

Avenida Castelo Branco

Disponível em:

[https://pt.foursquare.com/v/avenida-presidente-castelo](https://pt.foursquare.com/v/avenida-presidente-castelo-branco-lesteoeste/4f350506c2ee6256a8513b93/photos)

[-branco-lesteoeste/4f350506c2ee6256a8513b93/photos](https://pt.foursquare.com/v/avenida-presidente-castelo-branco-lesteoeste/4f350506c2ee6256a8513b93/photos). Acesso em 09 ago. 2024.



Justiça Federal – Fórum Presidente Castello Branco

Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2024/03/16/de-escolas-a-pracas-homenagens-a-castello-branco-estao-por-fortaleza.html>.

Acesso em 30 jul. 2024.

Localizada no centro de Fortaleza, entre as ruas Assunção e Floriano Peixoto, a praça homenageia o ex-prefeito General Murilo Borges (1963–1967), um colaborador da ditadura empresarial-militar.

Praça General Murilo Borges

Disponível em:

<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2008/10/praa-murilo-borges-praa-do-bnb.html>.

Acesso em 20 jul. 2024



O prédio que serve como Comando Administrativo do Exército guarda memórias dolorosas: durante a ditadura, há relatos de que suas dependências foram usadas para a prática de torturas.

Comando da 10ª Região Militar

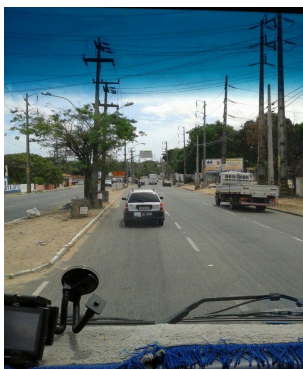
Disponível em:

<https://10rm.eb.mil.br/index.php/ultimas->

O Colégio Estadual Justiniano de Serpa foi um foco de luta e resistência do movimento estudantil secundarista contra a ditadura empresarial-militar.

Colégio Estadual Justiniano de Serpa

Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/consuelolima/40102852225>. Acesso em 17 jul. 2024.



A avenida homenageia o ex-presidente Costa e Silva, o segundo ditador do período do regime empresarial-militar (1967-1969).

Av. Presidente Costa e Silva (Perimetral)

Disponível em: <https://pt.foursquare.com/v/av-presidente-costa-e-silva-perimetral/50f146abe4b0765432ee306c>. Acesso em 03 ago. 2024.

A casa onde viveu Frei Tito de Alencar — frade dominicano que foi preso e torturado na ditadura — está localizada na rua Rodrigues Júnior, no Centro de Fortaleza. Hoje, o espaço passa por um processo de tombamento para se transformar em um Centro de Memória, preservando sua história e resistência.



Ex-residência de Frei Tito de Alencar

Disponível em: https://mais.opovo.com.br/jornal/vida_e_arte/2019/04/05/casa-de-frei-tito-vai-virar-memorial.html. Acesso em 24 jul. 2024.

UNIDADE 8

COMISSÃO ESPECIAL DE ANISTIA WANDA SIDOU

A Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou, criada em 2016 pela Assembleia Legislativa do Ceará, é um grupo voltado para investigar e resgatar a memória das violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura empresarial militar (1964-1985) no estado do Ceará. Nomeada em homenagem à advogada e ativista Wanda Sidou, conhecida por sua atuação na defesa dos perseguidos políticos durante o regime, a comissão se dedica em levantar documentos, testemunhos e relatos que ajudem a esclarecer os crimes cometidos pelo Estado nesse período. Desse modo, essa comissão é uma das principais iniciativas no Ceará voltadas para a preservação da memória e para a busca de justiça em relação às violações cometidas durante a ditadura militar.

O trabalho da comissão tem como objetivo reconhecer as vítimas, apontar os responsáveis pelas violações e contribuir para a construção de uma memória histórica que promova a justiça e a verdade. Além disso, a comissão busca dar visibilidade às histórias de resistência à ditadura, honrando aqueles que lutaram pela liberdade e pela democracia no Ceará. A atuação da Comissão Wanda Sidou reforça a importância de revisitar o passado para garantir que os erros não sejam repetidos, fortalecendo o compromisso com os direitos humanos e o respeito à dignidade.

Além de investigar casos específicos de repressão no estado, a comissão atua promovendo atividades educativas, como seminários, debates e publicações que discutem o impacto da ditadura no Ceará. O trabalho da comissão também envolve a identificação de locais que foram utilizados para práticas de tortura ou repressão, além de propor medidas de reparação simbólica, como a renomeação de espaços públicos que homenageavam figuras ligadas ao regime.

Um ponto central do trabalho da comissão é a articulação com familiares de vítimas, sobreviventes e movimentos sociais para garantir que essas histórias sejam registradas e divulgadas. A comissão já organizou audiências públicas, colheu depoimentos e contribuiu para a produção de relatórios que documentam os casos de violência política e de resistência no estado. Além disso, ela colabora com outras comissões de verdade e memória a nível regional e nacional, ampliando a rede de busca pela verdade histórica e pela reparação.

FIQUE DE OLHO!

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011 pelo governo brasileiro, teve o propósito de investigar as violações de direitos humanos cometidas

durante a ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1985. Composta por sete membros, a comissão dedicou-se a apurar casos de tortura, desaparecimentos forçados e assassinatos perpetrados pelo regime, buscando trazer à luz a verdade sobre os abusos e responsabilizar os envolvidos. Além de examinar documentos e ouvir depoimentos de vítimas e familiares, a CNV também atuou na promoção da memória histórica e na educação sobre os direitos humanos. O relatório final, publicado em 2014, documentou as atrocidades, fez recomendações para reparações e destacou a importância de enfrentar o legado da ditadura, contribuindo para a busca de justiça e a construção de uma sociedade mais consciente e democrática.

SAIBA MAIS



A ditadura foi um período sombrio na história e deixou cicatrizes profundas em nosso país. Precisamos lembrar desse período para que nunca mais aconteça. Acompanhe o documentário Nunca Mais, produzido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), com relatos impactantes de vítimas da ditadura militar que ainda

lutam por justiça, memória, verdade e democracia!

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W_H_k2CMD-0. Acesso em 24 jul.2024.

PARA COMPREENDER

1. De que maneira a preservação e a transmissão das histórias de perseguição e luta contra a ditadura militar no Brasil atuam como formas de resistência à negação e ao esquecimento desse período?

2. Como a criação de comissões da verdade e espaços de memória, como museus e centros de documentação, contribuem para a resistência ao autoritarismo e à violência de Estado?

3. Como a literatura, o cinema e outras expressões artísticas têm desempenhado um papel na resistência por meio da preservação da memória histórica das violações de direitos humanos?

4. De que forma o debate sobre memória, verdade e justiça no contexto da ditadura militar influencia as lutas sociais contemporâneas e o fortalecimento da democracia?



PRATICANDO EU APRENDO

1. (Enem/2014) A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, "por baixo", cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.

Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em 2 mar. 2013 (adaptado).

A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou da ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é

- a) anular a anistia concedida aos chefes militares.
- b) rever as condenações judiciais aos presos políticos.
- c) perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
- d) comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
- e) esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.

2. (APICE – 2024) A história recente da república brasileira conta com capítulos autoritários e violentos. Para restituir o direito à memória e cessar a violência do silêncio e da desinformação, o Estado brasileiro aprovou a Lei nº 12.528/2011 que instituiu, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, como forma de realizar, no Brasil, a Justiça de Transição. Assinale a opção que apresenta o objetivo dessa Comissão.

- a) Investigar as atividades praticadas por grupos de oposição ao governo, no período de 1946 até 1988, para apurar as responsabilidades civis e criminais de seus militantes em eventuais atos ilegais.
- b) Promover uma avaliação e revisão da anistia no Brasil para, ao final, propor uma PEC que modifique e adeque o art. 8º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata, justamente, da anistia.
- c) Examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, bem como promover a reconciliação nacional.
- d) Examinar e esclarecer a ocorrência de crimes praticados entre 1946 e 1988 que não tenham sido resolvidos à época, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, bem como promover a reconciliação nacional.
- e) Investigar as atividades dos grupos paramilitares que atuavam em favor do governo, no período de 1946 até 1988, para apurar as responsabilidades administrativas de seus militantes em eventuais atos ilegais.

 CULMINÂNCIA

Elabore um evento interativo que reflita sobre a importância da memória histórica, da busca pela verdade e do compromisso com a justiça como formas de garantir a dignidade, a reparação e a não repetição de violações de direitos humanos.

Sugestão de ações:
Exposição Interativa:

"Vozes do Passado,
Lições para o Futuro"

- Montar uma exposição com fotos, textos, vídeos e áudios que retratem períodos de repressão, injustiças e lutas por direitos. A exposição pode incluir relatos de vítimas de violações, obras artísticas, como pinturas ou esculturas, e documentários históricos.
- Uma parte da exposição pode ser dedicada a depoimentos sobre o impacto da verdade e da justiça na vida das pessoas e na construção de uma sociedade mais justa.

Oficina de Produção Artística: "Expressando Memória, Verdade e Justiça"

- Realizar oficinas de escrita, poesia, teatro e artes visuais em que os participantes possam expressar o tema de forma criativa.
- Os resultados da oficina podem ser apresentados no final do evento como uma forma de reforçar a importância de uma memória viva.

Cerimônia de Homenagem: "Justiça e Reconhecimento"

- Preparar uma cerimônia simbólica em homenagem às vítimas e aos defensores da verdade e justiça. Pode incluir leituras de cartas, trechos de documentos históricos e momentos de silêncio.
- Exposição de flores ou velas em um espaço preparado para recordar aqueles que sofreram violações.

E não esqueçam: as lutas e resistências dos diversos movimentos sociais aqui estudados contribuíram significativamente para a redemocratização do Brasil, evidenciando a importância da participação cívica e da mobilização popular na defesa da democracia e dos direitos fundamentais.

Bom trabalho!

É hora de nos despedirmos!

Queridas/os estudantes, chegamos ao fim de nossa jornada neste fascículo sobre a resistência popular à ditadura empresarial-militar e as políticas de Memória, Verdade e Justiça. Ao longo deste período, exploramos profundamente os desafios, as estratégias e as conquistas desses grupos que enfrentaram bravamente um regime opressivo em prol da democracia e dos direitos humanos. Cada uma/um de vocês trouxe contribuições valiosas para nossas discussões e reflexões, enriquecendo nosso aprendizado coletivo.

Que as lições aprendidas aqui nos motivem a ser agentes de mudança em nossas comunidades, sempre defendendo os valores democráticos e os direitos fundamentais.

Até logo!

REFERÊNCIAS

FARIAS, José Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1964-1985)**. 2007. 201F. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FARIAS, José Airton de. **História do Ceará**. Editora Armazém da Cultura: Fortaleza, 2015.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Siglo XXI de España Editores, S. A, 2002.

LOWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação?** Religião e política na América Latina. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2016.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. Editora CORTEZ: São Paulo, 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Editora UNICAMP: São Paulo, 2007.